



# MOBILIDADE FORÇADA DO TRABALHO E IMPERIALISMO: A OFENSIVA IMPERIALISTA SOBRE A VENEZUELA COMO FATOR MIGRATÓRIO

Vinicius de Paula Ismael <sup>1</sup>  
Ramon Spironello do Nascimento <sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo central analisar de que forma a ofensiva imperialista comandada pelos Estados Unidos e pelo capital financeiro tem tido um papel de destaque no agravamento da crise econômica, política e social que abatem a Venezuela e que, conseqüentemente, tem impactado a classe trabalhadora venezuelana, que por sua vez, em decorrência da piora das condições de vida (sobretudo de alimentação), tem sido deslocada forçadamente de seu país em busca de sobrevivência. Para guiar esta pesquisa, partimos de uma fundamentação teórica calcada no conceito marxista de mobilidade da força de trabalho desenvolvido por Gaudemar (1977) e como, no atual período de crise do capitalismo, a ofensiva imperialista tem atuado, através de diversos mecanismos, enquanto um fator de mobilização espacial da força de trabalho venezuelana para outros territórios. Focalizamos nossa análise no período 2013-2019, que abarca o governo de Nicolás Maduro na Venezuela (desde 2013) e uma parte dos governos de Barack Obama (2009-2017) e Donald Trump (2017-2021) nos Estados Unidos, analisando as principais ações tomadas por tais governos que impactaram a Venezuela.

**Palavras-chave:** Mobilidade do trabalho, Migrações, Venezuela, Imperialismo.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo la ofensiva imperialista liderada por Estados Unidos y por el capital financiero ha jugado un papel destacado en el agravamiento de la crisis económica, política y social que afectó a Venezuela y, en consecuencia, ha impactado a la clase trabajadora venezolana, que, como consecuencia del empeoramiento de las condiciones de vida (especialmente la alimentación), ha sido desplazada por fuerza de su país en busca de supervivencia. Para orientar esta investigación partimos de una fundamentación teórica basada en el concepto marxista de movilidad del trabajo desarrollado por Gaudemar (1977) y cómo, en el actual período de crisis del capitalismo, la ofensiva imperialista ha actuado, a través de varios mecanismos, como factor de movilización espacial de la fuerza de trabajo venezolana hacia otros territorios. Centramos nuestro análisis en el período 2013-2019, que incluye al gobierno de Nicolás Maduro en Venezuela (desde 2013) y una parte de los gobiernos de Barack Obama (2009-2017) y Donald Trump (2017-2021) en Estados Unidos, analizando las principales acciones tomadas por dichos gobiernos que impactaron a Venezuela.

**Palabras clave:** Movilidad del trabajo, Migraciones, Venezuela, Imperialismo.

1 Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista - Unesp, [vinicius.ismael@hotmail.com](mailto:vinicius.ismael@hotmail.com);

2 Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista - Unesp, [ramonspironellonasc@hotmail.com](mailto:ramonspironellonasc@hotmail.com).



## INTRODUÇÃO

Objetivamos no presente trabalho trazer comentários sobre como (e a partir de quais meios) tem se realizado a ofensiva imperialista dos Estados Unidos (sobretudo nos governos Obama e Trump) sobre a Venezuela e como ela tem sido um dos fatores – mas não o único – do intenso deslocamento forçado de venezuelanos, tendo como fio condutor o conceito marxista de mobilidade da força de trabalho desenvolvido por Gaudemar (1977), o relacionando ao contexto de ofensiva da acumulação capitalista sobre os países da América Latina, especialmente a partir da década de 2010, sem deixar de levar em conta as especificidades da Venezuela enquanto país dependente da produção de petróleo, mas focando nossa análise sobre os aspectos geopolíticos dessa migração.

Garcia (2018) afirma que o fenômeno migratório da Venezuela foi desencadeado a partir de 2015, tendo até 2018 ao menos 10% da população venezuelana deixando o país. Já Del Vecchio e Almeida (2018) afirmam que a migração cresceu com maior intensidade a partir de 2016. Um dos principais fatores que desencadearam a crise econômica na Venezuela, como destacam vários jornais da imprensa (EL PAÍS, G1, ESTADÃO) é a queda vertiginosa do preço do barril de petróleo nos últimos anos, que é a base da economia do país e configura uma histórica dependência nesse setor (O'CONNOR, 1964; MARINGONI, 2009; SILVA, 2016).

Contudo, devemos levar em conta também os aspectos geopolíticos como essenciais para se entender a crise venezuelana e a migração que tem ocorrido recentemente. Os conflitos geopolíticos nos quais se insere a Venezuela se dão sobretudo contra países como os Estados Unidos (maior consumidor de petróleo do mundo), Arábia Saudita (grande produtor petrolífero) e outros aliados do governo norte-americano. Esses conflitos também refletem na dinâmica política interna do país, que desde a subida de Hugo Chávez à presidência (1999-2013) e sua sucessão por Nicolás Maduro (desde 2013), tem exposto uma disputa entre os interesses da burguesia local (representada pelos opositores aos governos chavistas) e os das classes trabalhadoras (representadas pelos chavistas). Além disso, desde 2002 a oposição, alinhada aos interesses dos Estados Unidos, tem tentado derrubar os governos populares em vista a tomar controle sobre a produção do petróleo, realizada através da empresa Petróleos de Venezuela (PDVSA), que desde 1999 é de propriedade estatal (SILVA, 2016). Como



veremos, a investida imperialista sobre a Venezuela tem tido papel de destaque no deslocamento forçado de venezuelanos para outros territórios.

## **METODOLOGIA**

Para a execução do presente trabalho, realizamos um levantamento bibliográfico e leitura de livros, artigos, teses de doutorado, dissertações de mestrado e outros trabalhos sobre os temas tratados na pesquisa, como migrações, mobilidade do trabalho, imperialismo, Venezuela, globalização e demais temas correlatos; assim como realizamos levantamento e leitura de artigos e matérias publicadas na imprensa a respeito do tema em análise.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Com base em Gaudemar (1977), podemos entender os processos migratórios no capitalismo como expressão de uma crescente sujeição do trabalho ao capital. Neste modo de produção o trabalho, transformado na mercadoria *força de trabalho*, ganha a qualidade de ser móvel, espacialmente e ou socialmente, para atender à produção de mais-valia. Analisando a mobilidade da força de trabalho ancorado em Marx, o autor salienta que, para que o dinheiro se torne capital, é necessário que exista no mercado um trabalhador livre, com uma liberdade tanto positiva quanto negativa: ao mesmo tempo em que é livre para possuir sua própria força de trabalho, ele é obrigado a vendê-la para poder sobreviver (GAUDEMAR, 1977). Assim, a mobilidade da força de trabalho, nas diferentes formas em que se manifesta (como a espacial, correspondente à migração), é um dispositivo central para o processo de acumulação capitalista, sendo assim uma mobilidade forçada. Os processos migratórios, dessa forma, correspondem à mobilização espacial das forças de trabalho para atender às necessidades de reprodução do capital, um deslocamento dos trabalhadores no espaço (GOMES, 2009) que passa, conforme Becker (1997), por modificações em suas formas e escalas a depender do período histórico e geográfico, e está sempre dentro de um contexto econômico, político e social.

Conforme destacam Moraes & Costa (1984) o capitalismo é um modo de produção fundamentalmente expansionista, uma vez que se baseia num ciclo de



reprodução ampliada em diferentes espaços. Nessa lógica, Harvey (2005) defende que com o desenvolvimento capitalista, a concentração geográfica e os vários processos de acumulação primitiva (ainda presentes na atualidade) atuam como mecanismos para mobilizar os excedentes de capital e de força de trabalho. Tais processos de acumulação primitiva do presente – denominados pelo referido autor como acumulação por espoliação – se materializam especialmente na aplicação de capital superacumulado através de mecanismos como a financeirização e o sistema de crédito (GODOY, 2018) que têm se intensificado a partir da década de 1970, com a globalização do capitalismo.

Ademais, a imposição, através dos países centrais do capitalismo, da adoção, em países da periferia, de práticas neoliberais e de privatizações – como também de novas relações de trabalho através da flexibilização (ANTUNES, 2015; ALVES, 2018) – tem sido um dos mecanismos dessa acumulação por espoliação e conta, em alguns casos, com o uso da força coercitiva, como no caso das guerras e embargos econômicos<sup>3</sup>. Harvey (2004) exemplifica o papel dos Estados Unidos em invadir o Iraque para garantir a extração de petróleo para os EUA, mas também podemos pensar em outros casos, como a relação dos Estados Unidos e do capital com a Venezuela no período recente, que é o foco de atenção no presente trabalho

Sobre as relações imperialistas do atual período do capitalismo, Mascaro (2013) observa que, buscando a valorização do valor, os Estados promovem diversos mecanismos em conjunto, como a criação de órgãos internacionais e multilaterais (como o FMI), e de acordos de comércio para facilitar a livre circulação do capital entre os territórios (como o NAFTA). Deve-se apontar que os países com maior concentração de capitais acabam por ter maior força política e decisória nestes acordos, bem como sobre Estados mais pobres, influenciados a tomar medidas econômicas que favoreçam os interesses da reprodução do capital, o que significa na maioria dos casos na formulação de políticas de caráter impopular e de crescimento das desigualdades internas desses territórios.

Em uma realidade de crise global do capitalismo, sobretudo a partir de fins do século XX, Alves (2015) aponta que com o neoliberalismo emerge um novo padrão

---

<sup>3</sup> Mascaro (2013) observa que uma vez que há profunda desigualdade material entre os territórios, as relações entre eles se dão por grandes dependências e fragilidades dos países pobres em relação aos ricos, que podem ser percebidas a partir da baixa soberania política dos territórios periféricos, obrigados, a partir de guerras, embargos, acordos econômicos e militares desfavoráveis, a se submeter ao interesse dos países dominantes, o que forma entre os Estados uma pluralidade necessariamente desigual.



migratório, em que a imigração estrangeira em países da periferia ganha mais notoriedade em relação aos períodos anteriores do capitalismo, com uma modificação na base social dos deslocamentos humanos em escala mundial, sobretudo por influência das mudanças trazidas pela expansão da reprodução capitalista mundialmente. Percebe-se, assim, o crescimento das emigrações internacionais em países pobres, tanto devido a fatores econômicos como políticos, guerras e desastres ambientais, relacionados diretamente à lógica de reprodução ampliada do capitalismo (BAENINGER, 2018), tendo em muitos países da periferia essas emigrações ocorrido em decorrência da atuação imperialista dos Estados centrais.

Dentro deste novo contexto, Alves (2015) também observa mudanças nas políticas migratórias dos Estados centrais, e a “aplicação de políticas econômicas neoliberais acompanha um marco restritivo das políticas imigratórias nesses territórios” (ALVES, 2015, p. 84). Nesse sentido, uma ligação essencial se faz entre as mudanças promovidas economicamente, através da ação imperialista do centro, e a intensificação do controle estatal sobre os movimentos migratórios. As migrações dos países periféricos, contudo, se fortalecem, assim como a criminalização da migração estrangeira (evidenciada nos frequentes atos racistas e xenófobos) e a exploração do trabalho imigrante, que frequentemente se insere enquanto trabalho indocumentado.

Nesse sentido, podemos entender que a partir das relações imperialistas entre os Estados do centro capitalista e os da periferia, estes acabam por seguir políticas econômicas impostas pelos interesses do capital financeiro para garantir uma maior exploração do trabalho e acumulação de capital nos países que seguem tais políticas, o que leva a uma reprodução das desigualdades nesses territórios e afetam diretamente a força de trabalho, obrigada a deixar seu país em busca de vender sua força de trabalho para sua própria sobrevivência.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Desde 2015, como aponta o dossiê nº17 do *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social* (ITPS, 2019), a Venezuela tem sofrido uma ofensiva neoliberal comandada pelos interesses dos Estados Unidos, que tem buscado intervir com maior força na América Latina – objetivando reforçar a exploração sobre as economias latino-americanas, para intensificar a financeirização e transnacionalização da economia nesses territórios –



utilizando de diversas armas para aumentar sua influência sobre os diferentes territórios da região. Tentativas de derrubada de governos menos submissos com intervenção militar, golpes de Estado, associação com partidos opositores aos governistas são alguns desses mecanismos que estão presentes tanto na Venezuela como no Brasil.

No contexto venezuelano, medidas tomadas pelos governos norte-americanos também incluem a imposição de embargos econômicos ao país, como por exemplo na dificuldade da compra de equipamentos para melhorar a tecnologia da PDVSA<sup>4</sup>. Também podem se destacar as sanções impostas ao país em agosto de 2017 pelos Estados Unidos, proibindo a realização de transações com títulos da dívida venezuelana e de comprar bônus de sua empresa estatal petroleira<sup>5</sup>. Ou mesmo a sanção total aplicada por Donald Trump em agosto de 2019, congelando todos os bens do governo venezuelano nos Estados Unidos e proibindo todo tipo de transação<sup>6</sup>. Essas medidas são responsáveis por enfraquecer a economia venezuelana, dependente da renda do petróleo, e influenciam diretamente na qualidade de vida da população. Problemas como a hiperinflação, alta dos preços de alimentos e desabastecimento de alimentos e medicamentos nos mercados e farmácias tornaram-se intensos, como aponta Curcio (2018). A tentativa de alegar a existência de uma crise humanitária no país – resultante da escassez de alimentos, remédios, energia e outros bens – também tem sido uma estratégia elaborada pelo capital internacional. Trata-se da construção de um cenário de emergência para justificar uma intervenção externa através da ajuda humanitária, algo anteriormente feito em países como Síria, Líbia e Haiti.

A inimizade entre os governos da Venezuela e dos Estados Unidos, contudo, tem se dado desde a eleição de Hugo Chávez ao poder, em 1999. Chávez teve um grande oponente na figura de George Bush, presidente dos Estados Unidos entre 2001 e 2009, tendo inclusive suspenso a cooperação militar com os EUA, após acusá-los de influenciar um *paro petrolero* entre 2002 e 2003.

---

4 MARINGONI, G. Como e por que Maduro se sustenta e não dá sinais de cair no curto prazo. Diário do Centro do Mundo. 15 Setembro 2019. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-e-por-que-maduro-se-sustenta-e-nao-da-sinais-de-cair-no-curto-prazo-por-maringoni-da-venezuela/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

5 MARCO, D. G. Quais as consequências das sanções dos EUA para a economia da Venezuela?. BBC Mundo. 26 Agosto 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41060655>. Acesso em: 10 jun. 2021.

6 EUA impõem sanções econômicas totais contra o governo da Venezuela. G1. 05 Agosto 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/05/eua-impoem-sancoes-economicas-totais-contra-o-governo-da-venezuela.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2021.



O discurso antagonístico de Chávez a esse presidente norte-americano visava também conseguir aproximação com outros países adversários dos EUA, sobretudo em parte do Oriente Médio, Ásia e África do Norte a partir de acordos reforçados sobre a política de preço do petróleo e da OPEP, como também se colocar como protagonista da disputa contra os EUA no intuito de não ser isolado. Além disso, a Venezuela buscou uma integração entre os países da América Latina e Caribe através do ALBA (Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América) em resposta ao ALCA (ligado aos EUA).

Os governos de Chávez e Nicolás Maduro buscaram aumentar as parcerias com outros países (como com o Irã, que possui fábricas automotivas instaladas na Venezuela) para transferir tecnologias e aumentar o número de parceiros comerciais, em outros países, para diminuir a dependência de um só comprador, como ocorreu no período do pacto do *Punto Fijo* (1958-1998), quando os Estados Unidos cumpriam esse papel e influenciavam todos os aspectos da sociedade venezuelana.

Os conflitos com os Estados Unidos prosseguiram com as presidências de Barack Obama (2009-2017) e Donald Trump (2017-2021), tendo se intensificado a partir de 2015. Durante o primeiro mandato de Obama, como destacam Pecequillo e Forner (2017), a política externa norte-americana focou seus esforços em questões como os conflitos no Afeganistão, Iraque e Estado Islâmico e a crise interna decorrente da crise global de 2008.

O governo Obama voltou seus olhos à América Latina principalmente em seu segundo mandato, tratando de questões como a retomada de relações com Cuba, problemas referentes a migração e tráfico de drogas e a disputa de espaços geopolíticos e econômicos na região com a China. A reinserção norte-americana na América Latina foi facilitada, segundo Pecequillo e Fornier (2017), em decorrência tanto do enfraquecimento das *commodities* e da queda das exportações para a China como das mudanças conservadoras ocorridas em países da região, que passaram a ter governos de orientação neoliberal e pró-Estados Unidos.

A retomada da influência norte-americana sobre a América Latina constituiu-se, assim, como estratégia da agenda para recuperar sua liderança internacional diante da ascensão chinesa e de governos nacionalistas que ameaçavam os interesses dos EUA. A



forte investida se deu sobretudo através da nova Doutrina de Obama lançada em 2015 (NSS-2015).

O discurso da promoção de “democracia” e paz nos territórios latino-americanos permaneceu na doutrina norte-americana, que enxerga a necessidade de levar esses valores a países considerados pelos EUA como pouco democráticos (principalmente Venezuela e Equador). Permanecem, inclusive, os preceitos da Doutrina Monroe, de 1823, em que se busca reafirmar a influência geopolítica e geoeconômica dos EUA em sua zona de influência, a América Latina (PECEQUILO & FORNER, 2017).

Tanto o Brasil como a Venezuela se enfraqueceram economicamente a partir de 2013, abrindo caminho para a ofensiva dos Estados Unidos. O apoio dos EUA à Aliança do Pacífico (formada por México, Colômbia, Chile, Costa Rica e Peru), programa de integração sobretudo comercial, se deu em oposição aos tratados firmados entre países com governos nacionalistas (como Mercosul e UNASUL).

A ofensiva neoliberal sobre países da América Latina, nesse sentido, é uma das medidas tomadas pelos governos dos Estados Unidos para reforçar a exploração sobre as economias latino-americanas, para intensificar a financeirização e transnacionalização da economia nesses territórios (ITPS, 2019). A ofensiva tem sido ainda mais intensa nos últimos anos, uma vez que o controle dos recursos naturais de tais territórios são vitais para os interesses americanos<sup>7</sup>.

Ainda segundo relatório do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (ITPS, 2019) o controle da produção de energia, petróleo, água, terra, biodiversidade entre outros é de vital importância para os investimentos norte-americanos na região. A estratégia para esse controle tem sido feita, atualmente, tanto a partir de uma guerra convencional como guerras híbridas ou difusas. Tais guerras híbridas se constituem através da exploração de debilidades e problemas políticos, militares e econômicos dos governos desses territórios, que são considerados pela burguesia financeira como hostis. O controle se faz através do apoio e fomento dos grupos de oposição, para garantir uma maior influência e controle dos Estados Unidos sobre as economias desses territórios, como também das rotas comerciais e redes de transportes desses espaços.

---

7 No ano de 2010, Brukman (2011) aponta o grande peso da importação pelos EUA de alguns minerais produzidos em territórios da América Latina e Caribe: 93% do estrôncio, 66% do lítio, 61% da fluorita, 59% da prata, 54% do estanho, entre outros, eram fornecidos aos Estados Unidos.





A Venezuela se coloca, nesse sentido, como um importante território estratégico, tanto em razão da presença da Floresta Amazônica em seus limites como também pelo fato de o país possuir imensas reservas de hidrocarbonetos. O mesmo território conta com as maiores reservas de petróleo do mundo atualmente, maiores que da Arábia Saudita, sua posição geográfica também é vital para os Estados Unidos, pois é bem mais próxima quando comparada com os países do médio-orient (ITPS, 2019).

Algumas das ações dos Estados Unidos, ainda no governo Obama, incluem as várias formas de bloqueio econômico que vêm sendo tomadas desde 2014. A primeira delas se deu em dezembro daquele ano, quando o Congresso norte-americano aprovou a Lei de Defesa dos Direitos Humanos na Venezuela nº113-278. Outra medida foi tomada em março de 2015, quando Obama assinou a Ordem Executiva nº13692, na qual declarou a Venezuela como uma ameaça para a segurança interna dos Estados Unidos. Até outubro de 2020, o número de sanções contra a Venezuela era de 150: 62 dos Estados Unidos, 9 da União Europeia, cinco do Canadá e duas do Reino Unido<sup>8</sup>.

Também destacamos a iniciativa deliberada entre os EUA e seu aliado, Arábia Saudita, em abaixar os preços do petróleo através da OPEP<sup>9</sup> entre 2015 e 2016. Tal medida se deu através do aumento da produção saudita, que fez o preço internacional da *commodity* cair. O petróleo venezuelano caiu para 26 dólares por barril, prejudicando tanto esse país como a Rússia e o Irã, adversários norte-americanos (ITPS, 2019). Tal iniciativa se constituiu como uma estratégia política para impactar tais países, e a Venezuela acabou por se aprofundar ainda mais na recessão.

Outra medida do governo Obama se manifestou em 2016, quando o Departamento de Estado dos Estados Unidos classificou a Venezuela como uma *ditadura*, o que levou a narrativa da mídia hegemônica, ligada ao capitalismo financeiro, progressivamente caracterizar o regime venezuelano como ditatorial, incluindo a imprensa brasileira.

Entre março de 2015 e 2019, o governo dos EUA editou mais de seis decretos penalizando atividades econômicas na Venezuela, bloqueando montantes disponíveis

---

8 MELLO, M. Em seis anos de bloqueio, Venezuela foi alvo de 150 sanções e 11 tentativas de golpe. Brasil de Fato. 08 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/08/em-seis-anos-de-bloqueio-venezuela-foi-alvo-de-150-sancoes-e-11-tentativas-de-golpe>. Acesso em: 18 dez. 2020.

9 Tal organização é responsável por definir o preço e controlar a cota que cada país membro da mesma pode produzir de barris por dia.



para importação de alimentos, medicamentos e bens básicos. Tais medidas forçam situações de crise humanitária, como apontam economistas como Mark Weisbrot e Jeffrey Sachs (2019). Além disso, o ITPS ainda aponta que são aplicadas multas e sanções a sócios que comercializam com a Venezuela, que chegam inclusive ao ponto de promover confisco de carregamentos comerciais.

Eleito em 2016, na esteira de um crescimento da extrema-direita, do neofascismo e de seus discursos racistas, homofóbicos, xenofóbicos e antimigratórios, Donald Trump intensificou suas ações contra a Venezuela a partir de julho de 2017, quando aprovou sanções contra Maduro, congelando possíveis ativos de lideranças venezuelanas no país, impedindo também negociações entre essas lideranças e qualquer cidadão dos EUA (MARTÍNEZ, PEDROSO & FRANZONI, 2018).

O contexto em que tais sanções foram aplicadas era de um enfraquecimento da oposição venezuelana, uma vez que Nicolás Maduro havia convocado uma Assembleia Nacional Constituinte para substituir o Legislativo do país, que desde 2015 tinha a maioria de suas cadeiras ocupadas pelo partido opositor MUD. A eleição para essa assembleia ocorreu no mesmo mês em que foram anunciadas as sanções. Em paralelo à votação oficial, a oposição convocou uma outra votação para mostrar a falta de legitimidade do pleito que Maduro promoveria poucas semanas depois, venezuelanos no exterior aderiram a esse pleito antichavista. A oposição angariou 7 milhões de votos favoráveis à não convocação da Assembleia Nacional Constituinte de Maduro, que mesmo assim foi realizada. A Assembleia convocada pelo governo venezuelano foi rechaçada pela oposição e vários países, como o próprio Estados Unidos.

Em 11 de agosto de 2017, Donald Trump declarou a possibilidade de uma intervenção militar na Venezuela. No mês seguinte, dada a realização da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, Trump se juntou aos então presidentes de Brasil (Michel Temer), Colômbia, Panamá e a uma representante da Argentina para discutir a situação da Venezuela. Em agosto daquele ano, havia sido criado por esses países o Grupo de Lima, que condenava o governo de Nicolás Maduro e seu autoritarismo (MARTÍNEZ, PEDROSO & FRANZONI, 2018).

A atuação do governo Trump, segundo Cepik (2019), se pauta em um corolário que ataca com ainda mais força os governos da América Latina, sem utilizar discursos como “uma necessidade de parceria entre os territórios”, como utilizado por Obama



(ainda que na prática os governos democratas também desempenhem intensas ofensivas imperialistas). O corolário Trump, assim:

Mescla retórica anticomunista, valores sociais neofascistas e interesses patrimoniais e tecnocráticos. Seu método político (chamemos assim) é fundado em coação grosseira para forçar governos e grupos de interesse (aliados e competidores) a realizar concessões econômicas e políticas unilaterais. Uma implementação que alija a diplomacia e as instituições, operada por um grupo político *ad hoc* (mas alinhado ideologicamente ao presidente), amparado pelo protagonismo direto do aparato de segurança nacional (Forças Armadas, polícias, ministério público, forças constabulares e serviços de inteligência) em defesa de interesses e empresas. Trata-se de um corolário que modifica para pior a Doutrina Reagan, mais até que a Doutrina Monroe (CEPIK, 2019, p. 248-249).

O mesmo autor ainda salienta que, com Trump, tem sido crescente o protagonismo das Forças Armadas e outros órgãos de segurança nacional na criação e aplicação da política externa americana sobre a região. Um desses órgãos, o Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM), já trazia antes de 2018 alguns dos elementos que constituem o corolário de Trump para a região, que incluem “a securitização da presença chinesa “ameaçadora” da hegemonia regional exercida por Washington, a “crise humanitária” causada pelo regime venezuelano e a imigração como vetor criminogênico (“drogas e violência”)” (CEPIK, 2019, p. 253). Nesse sentido, a narrativa do governo Trump trata a Venezuela como uma ditadura tirânica, da mesma forma como trata Cuba e Nicarágua<sup>10</sup>.

Conforme Curcio (2018) destaca, as ferramentas de intervenção norte-americana na Venezuela possuem três dimensões: produtiva-distributiva, comercial e financeira. A mesma autora ainda lembra que as medidas foram explicitadas pelo então chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, Kurt Kidd, em um texto denominado *Golpe Mestre*:

Incrementar a instabilidade interna a níveis críticos, intensificando a descapitalização do país, a fuga de capital estrangeiro e a deterioração da moeda nacional, mediante a aplicação de novas medidas inflacionárias que incrementem essa deterioração [...] obstruir as importações e ao mesmo tempo desmotivar os possíveis investidores estrangeiros (CURCIO, 2018, p. 27).

---

10 Em relação à China, o discurso de Trump defende que a mesma tem aumentado sua “má influência” sobre governos da América Latina, como também apoiado governos tiranos como de Maduro. A atuação do corolário é no sentido de derrubar o governo Maduro, considerado pelos elaboradores dessa doutrina como o elo mais frágil na região. Eles também acreditam que, derrubando o governo venezuelano, enfraqueceriam o governo cubano e traria mais força à Trump (CEPIK, 2019).



Dentro da dimensão produtiva-distributiva, a Venezuela, bem como os demais países da América Latina, possui uma estrutura produtiva orientada para a exportação de bens primários, e o petróleo é o principal item nesse quesito. A produção de bens para consumo interno obteve um crescimento nos anos de Chávez, mas não o suficiente para abastecer a demanda. Isso significa que o país possui uma dependência das importações de bens de consumo, que historicamente são controlados por empresas estrangeiras, como evidencia Vielma (2018).

Nesse aspecto percebe-se a presença da hiperinflação como forma concreta de guerra econômica. A hiperinflação, nesse caso, possui dois elementos principais: desabastecimento de produtos básicos e especulação com a moeda. Quem controla a hiperinflação a partir desses dois mecanismos é a grande burguesia, responsável por controlar os alimentos e que pressiona a alta dos preços com base nesses dois mecanismos (CURCIO, 2018).

A partir de 2017, os preços dos alimentos aumentaram em média diariamente mais de 2%, apresentando picos em 2018 e no início de 2019. Conforme Curcio (2018) mais de 90% do aumento dos preços dos alimentos é em decorrência do aumento realizado pelos grandes fornecedores de alimentos com base na cotização do dólar. Os fornecedores também retêm alimentos com preços regulados, não os colocando nas gôndolas dos mercados, o que resulta em uma escassez induzida desses alimentos.

A segunda dimensão, comercial, também tem forte relação com a dependência econômica da América Latina ao capitalismo global, em que o crescimento econômico depende da obtenção de uma grande quantidade de divisas para realizar gastos de consumo necessários. Assim, “sem a entrada de dólares para financiar o processo de crescimento de produção de bens, em geral, e de alimentos, em particular, nossas economias se veem impossibilitadas de acelerar seus processos de crescimento” (ITPS, 2019, p. 16).

Na dimensão financeira, os Estados Unidos têm, desde 2015 e mais intensamente a partir de 2017 (com o governo Trump), impedindo operações financeiras da Venezuela enquanto estado soberano (como emissão da dívida e de instrumentos financeiros). Também não permite transferência de títulos do governo nos mercados financeiros e proíbe a PDVSA de emitir instrumentos para obter financiamento em



dólares em vários mercados. Isso levou a problemas como a recusa das organizações financeiras internacionais em realizar transações da ou para a Venezuela (ITPS, 2019).

Desde que assumiu o cargo em 2017, o governo Trump assinou quatro decretos contra a Venezuela, como aponta o relatório do ITPS<sup>11</sup>. É nesse sentido que o próprio relatório evidencia a clara estratégia do imperialismo norte-americano sobre o país, que é realizada para desestabilizar cada vez mais a Venezuela: “Sem dúvida, a conjunção de hiperinflação, escassez induzida, limitações à obtenção de dólares comerciais e bloqueio financeiro tenciona a crise que asfixia o povo venezuelano” (ITPS, 2019, p. 17).

A ideia de provocar tal guerra híbrida está exposta diretamente em falas de nomes do governo norte-americano, como dito por um ex-embaixador dos Estados Unidos, William Brownfield, em 2008<sup>12</sup>.

Um outro aspecto do intervencionismo sobre a Venezuela se dá na estratégia de apontar a existência de uma crise humanitária no país, resultante da escassez de alimentos, remédios, energia e outros bens em decorrência de falhas do governo. Trata-se de uma construção de um cenário de emergência para justificar a necessidade de uma intervenção externa através da ajuda humanitária. Alguns países já passaram por casos parecidos, como Síria, Líbia e na América Latina o expoente principal é o Haiti.

Às ajudas humanitárias estão inseridos objetivos de penetrar, nos territórios fragilizados, os interesses do centro capitalista, que mascara e legitima sua atuação através do pretexto da ajuda humanitária (em parceria com diversas ONGs). Dessa forma, é colocada de lado a discussão sobre o papel dos próprios países do centro, através do imperialismo, para promover medidas antipopulares que causam as severas crises e desigualdades nesses territórios. Tais ajudas são, como defende o documento, formas brandas de políticas neocoloniais (ITPS, 2019).

---

11 “Ordem Executiva nº 13827, de março de 2018 contra o criptomoeda Petro (tentativa de resolver o problema de câmbio, Teruggi, 2018); Ordem Executiva nº 13835, de maio de 2018, contra as contas a receber e outras operações da Venezuela; Ordem Executiva nº 13850, contra as operações de comercialização de ouro da Venezuela; e a Ordem Executiva nº 13857, que estabelece o bloqueio/congelamento dos ativos da CITGO (PDVSA) nos EUA” (ITPS, 2019, p. 17).

12 “A campanha de pressão contra a Venezuela está funcionando. As sanções financeiras que temos imposto [...] obrigaram o governo a começar a cair em default, tanto quanto à dívida soberana como na dívida da PDVSA, sua companhia petrolífera. E o que estamos vendo [...] é um colapso econômico total na Venezuela” (ITPS, 2019, p 17-18).



Dentro desse contexto, com o acirramento da pressão do capital sobre a Venezuela e as lutas de classe internas, concretamente a situação de crise do país se aprofundou.

Em maio de 2019, um relatório do Banco Central da Venezuela estimava uma inflação em 2018 de 130.000% e entre o período abril de 2018 a abril de 2019, tal porcentagem era de 282.000%. Santos (2018) aponta que no início de 2019 a dívida externa era de 184,5 bilhões de dólares, valor sete vezes maior que as exportações em 2017 e mais de vinte vezes o volume de reservas nacionais em 2018. A produção de petróleo passara de três milhões de barris diários para pouco mais de quinhentos mil barris por dia. Apenas um terço da capacidade industrial instalada no país era utilizada e o déficit fiscal era maior que 20% do PIB.

Com a queda das receitas, o Estado passou a emitir moedas, o que fez crescer a hiperinflação. A desvalorização da moeda levou a uma dolarização da economia, com o governo imprimindo bilhetes de cinquenta mil bolívares. O salário-mínimo era por volta de 6 dólares mensais. Além disso, com a queda das importações, a escassez de alimentos e medicamentos, assim como problemas no transporte, hospitais e falta de energia elétrica, se tornaram frequentes (SANTOS, 2018).

Em meio a essa situação ocorreram eleições presidenciais em maio de 2018. A MUD boicotou a eleição alegando que se tratava de um protesto contra a repressão do governo. Com a participação de 46% do eleitorado, Maduro foi reeleito com 67,8% dos votos válidos, derrotando os opositores Henri Falcón (20,9%) e Javier Bertucci (10,8%). O resultado do pleito foi contestado pela Assembleia Nacional que, controlada pela oposição, declarou Maduro ilegítimo e o cargo vacante no dia de sua posse para o segundo mandato, em 10 de janeiro de 2019 (CEPIK, 2019).

Nesse mesmo mês, o então presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó – opositor do governo, autoproclamou-se presidente da república, recebendo apoio dos Estados Unidos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), dos países que formam o Grupo de Lima e por vários países europeus.

Essa ação foi orquestrada, salienta Santos (2018), pela oposição venezuelana com apoio dos Estados Unidos, e seu então presidente Donald Trump, e de governos como Ivan Duque (Colômbia) e Jair Bolsonaro (Brasil), sem qualquer respaldo popular



e com a intenção de derrubar Nicolás Maduro, eleito democraticamente. Este processo mostrou-se um circo diplomático e midiático com objetivos imperialistas, promovendo uma escalada de tensão em um país com graves problemas econômicos e uma intensificada luta de classes. Além disso, segundo Santos (2018), a adesão da maior parte dos países da União Europeia a essa conspiração expõe uma destruição dos valores que constituem a política internacional em um mundo que rumo à barbárie.

Em abril de 2019, mais uma tentativa de golpe por parte da oposição, comandada por Juan Guaidó e com apoio dos Estados Unidos e da imprensa corporativa, fracassou. Santos (2018), Maringoni (2019) e outros afirmam que tanto o autoproclamado presidente como a oposição possuem pouca base de apoio popular, que é mais favorável a Maduro.

Apesar desse fracasso, a investida dos Estados Unidos permaneceu, e em agosto de 2019 novamente Donald Trump impôs sanções sobre a Venezuela. Nessa nova investida, os Estados Unidos bloquearam o acesso a todas as contas e propriedades venezuelanas em território americano, o que se traduz em um saque dos bens públicos do país no exterior. Trump ainda defendeu impor sanções aos países que comercializassem com Maduro. Com isso, muitas empresas deixariam de vender mercadorias para a Venezuela por estarem ameaçadas de receber sanções, levando o país a um maior isolamento econômico e político<sup>13</sup>.

Diante dessa problemática, o crescimento abrupto da emigração da Venezuela desde 2014 e 2015, como aponta Baeninger (2018), guarda relação fundamental com a crise econômica e política, decorrente em grande parte da ofensiva do capital sobre tal território. Trata-se de uma migração dos venezuelanos em busca de oportunidades de vida e trabalho no Brasil – ou seja, são mobilizados espacialmente pela necessidade de vender sua força de trabalho para sua própria reprodução.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, pudemos perceber que a classe trabalhadora venezuelana é quem sofre concretamente os impactos de uma crise econômica e política que, embora

---

13 MELLO, M. Quais os impactos do "bloqueio total" de Donald Trump contra a Venezuela? Brasil de Fato. 21/10/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/21/video-or-quais-os-impactos-do-bloqueio-total-de-donald-trump-contra-a-venezuela>. Acesso em: 18 dez. 2020.



possua determinantes externos relacionados à crise estrutural e inerente do capitalismo, como também problemas internos relacionados à histórica dependência econômica do petróleo, também decorre de uma ofensiva imperialista comandada pelos Estados Unidos e apoiada por governos aliados (como o Brasil nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro) e por organizações internacionais (como a ONU) para atender aos interesses associados à expansão territorial da acumulação do capital.

A ofensiva imperialista, devemos lembrar, guarda fortes relações com a crise capitalista global que se manifestou em 2008, e tem se intensificado, na América Latina, a partir de meados da década de 2010. A ofensiva tem se manifestado de diferentes maneiras nos territórios da região, através de golpes de Estado (como no Brasil e na Bolívia) e adoção de reformas econômicas neoliberais, associação com os meios de comunicação hegemônicos e com as classes dominantes desses países e seus representantes na política, e mesmo através dos mecanismos de Justiça (como no caso da Operação Lava Jato no Brasil). Na Venezuela presidida por Hugo Chávez (1999-2013) e desde 2013 por Nicolás Maduro, a ofensiva tem se manifestado, como vimos anteriormente, na aproximação com grupos e partidos políticos associados aos interesses da burguesia interna e opositores do chavismo, associação com os meios de comunicação privados e também com as burguesias e governos que as representam nos outros países do continente (com o Grupo de Lima como exemplo).

Quando estudamos a realidade concreta da crise econômica e política da Venezuela, podemos notar que a atuação da ofensiva imperialista objetiva sobretudo promover nesse território um cenário de crise econômica e política que enfraqueça o governo de Nicolás Maduro e que facilite para o capital financeiro internacional e seus aliados (externos e internos) retomar o controle sobre os recursos naturais (principalmente o petróleo) desse território e também da gestão dos mesmos. Este objetivo tem sido claramente exposto por lideranças e nomes associados à burguesia e ao aparato de Estado dos Estados Unidos, que historicamente possuiu forte controle sobre a economia venezuelana (e como nos mostra a história, sobre a economia da América Latina também), e que após a chegada de Hugo Chávez ao poder em 1999, seguido por vários outros governos mais alinhados aos interesses populares na América Latina, perdeu força sobre tais territórios.





A ofensiva, por outro lado, também tem contribuído para intensificar os movimentos migratórios para além da mobilização de força de trabalho requerida pelo mercado e seus interesses. Assim, através da violência – considerada por Vainer (1998) um fator migratório e expressa nesta ofensiva do capital, as forças de trabalho são mobilizadas espacialmente em enorme grau e deslocadas para outros territórios.

O próprio Vainer (1998) evidencia o papel da violência e da coerção tanto na mobilização (através das guerras e da própria dinâmica do capitalismo, que deslocam forçadamente populações) e na imobilização (através de políticas migratórias restritivas) das populações. É um processo que ao mesmo tempo mobiliza e busca imobilizar a força de trabalho, e que se dá através de relações de poder que expressam o imperialismo. As afirmações de Vainer vão ao encontro do que Gaudemar (1977) destaca ao identificar a existência, no atual período do capitalismo, de esferas de acumulação primitiva concernentes às relações geopolíticas entre os países centrais e os periféricos, em que a migração aparece como componente.

Nesse sentido, podemos interpretar que no caso venezuelano essa violência, promovida pelos interesses imperialistas, se materializa, entre outros aspectos, na imposição das sanções econômicas pelos Estados Unidos à Venezuela, um dos processos que contribuiu para o acirramento da crise econômica nesse país e que leva ao desabastecimento de alimentos e conseqüentemente à fome que, combinados a outros tipos de violência impostas e tratadas anteriormente, cumprem um papel vital no processo de emigração dos venezuelanos.

Com o crescimento das migrações venezuelanas sobretudo a partir de 2014 e 2015, como apontam diversos estudos (BAENINGER, 2018; DEMÉTRIO & DOMENICONI, 2018), podemos evidenciar que a ofensiva imperialista – aliada a outros problemas como a dependência ao petróleo – tem tido papel fundamental enquanto um fator de mobilização espacial da força de trabalho venezuelana, que tem se deslocado sobretudo para países da América Latina, e entre eles o Brasil. Diversos outros problemas emergem desse processo migratório, como a gestão migratória e o papel do Estado (através de políticas migratórias como a Operação Acolhida), a questão do refúgio, a xenofobia sofrida pelos venezuelanos, o acesso ao mercado de trabalho formal entre outros. Todas essas problemáticas necessitam de maior atenção e de



análises mais aprofundadas e fundamentadas. A intenção desse trabalho é justamente uma tentativa de contribuir para o debate acerca desse complexo movimento migratório.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. O novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil: perspectivas para a década de 2020. *In: Margem Esquerda – revista da Boitempo*. N. 31. São Paulo: Boitempo. Setembro 2018.
- ALVES, P. V. M. **Imigração na modernização dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BAENINGER, R. *et al.* **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).
- BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: Conceitos, tipologias, contextos. *In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Explorações Geográficas: Percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.
- CEPIK, M. O COROLÁRIO TRUMP E A AMÉRICA LATINA. *Revista tempo do mundo*. v. 5 n. 1. jan. 2019.
- CURCIO, P. **Hiperinflación: arma imperial**. Caracas: Editorial Nosotros Mismos, 2018.
- DEL VECCHIO, V. A.; ALMEIDA, V. B. F. Panorama do fluxo migratório de venezuelanos no Brasil e América Latina. *In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas*. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 158-163.
- DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. Imigração venezuelana no Brasil: O espaço da fronteira e o espaço da metrópole. *In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas*. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 187-200.
- FORMENTI, L. Brasil estuda nova fase do programa de interiorização dos migrantes venezuelanos. *Estadão*. 11 Abril 2018. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-estuda-nova-fase-do-programa-de-interiorizacao-dos-migrantes-venezuelanos,70002264532>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- GARCIA, R. S. T. Reflexiones sobre las transiciones de um processo migratorio en Brasil. *In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) Migrações Venezuelanas*. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 178-182.
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- GODOY, P. R. T. CATEGORIAS MARXISTAS E ANÁLISE DO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO. *In: Revista Formação (ONLINE)*, v. 25, n. 45, maio-ago/2018, p. 35-50.



- GOMES, F. G. Mobilidade do trabalho e controle social: Trabalho e organizações na era neoliberal. *In: Revista de Sociologia Política*. Curitiba. v. 17, n. 32, p. 33-49, 2009.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola. 2004.
- ITPS (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social) 2019 Dossiê nº 17. **Venezuela e as guerras híbridas na América Latina**. Disponível em:  
[https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2019/06/190604\\_Dossier-17\\_PT\\_Web-Final.pdf](https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2019/06/190604_Dossier-17_PT_Web-Final.pdf).
- MARINGONI, G. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- MARTÍNEZ, A. J. G.; PEDROSO, C.; FRANZONI, M. Trump e a América Latina: a política externa para Venezuela, Cuba e México. **MUNDO E DESENVOLVIMENTO: Revista do Instituto de Estudos Economicos e Internacionais**. v. 1 n. 1. 2018.
- MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MENDONÇA, H. Com 40.000 venezuelanos em Roraima, Brasil acorda para sua ‘crise de refugiados’. *El País*. 18 Fevereiro 2018. Disponível em:  
[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071\\_492585.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html). Acesso em: 15 Jan. 2020.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia crítica: A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec. 1984.
- O’CONNOR, H. Venezuela: Um estudo sobre o imperialismo. *In: SWEEZY, P. M. et al. Perspectivas da América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1964.
- PECEQUILO, C. S.; FORNER, C. N. OBAMA E A AMÉRICA LATINA (2009/2016): ESTAGNAÇÃO OU AVANÇOS?. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados*, v.6. n.11, jan./jun. 2017.
- SANTOS, F. L. B. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.
- SILVA, F. T. R. **A política de Estado sobre os recursos do petróleo: O caso venezuelano**. São Paulo: Pillares, 2016.
- VAINER, C. B. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. *In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. 1998.
- VIELMA, F. “Razones y factores que explican el aumento de los precios em Venezuela”. 2018. Disponível em: <https://kaosenlared.net/venezuela-razones-y-factores-que-explican-el-continuo-aumento-de-precios/>. Acesso em: 21 jul. 2020.